

OUTRO OLHAR NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO: ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO E OUTROS DADOS SOBRE INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL*

Gabriela Schneider**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir os questionários de contexto presentes no SAEB (2005), Prova Brasil (2007), bem como as questões do Censo Escolar que se referem a infraestrutura escolar e a equipamentos e materiais pedagógicos. Além disso, busca-se comparar estes questionários com o Parecer (ainda não homologado) do Conselho Nacional de Educação referente ao Custo Aluno Qualidade Inicial, o qual traz parâmetros do que seriam as condições mínimas para o funcionamento das escolas. Essa análise centra-se na ideia de que pode se utilizar a gama de dados que vem sendo produzido por meio dos sistemas de avaliação com a finalidade de melhorar as condições das escolas. Busca-se discutir as questões de infraestrutura e materiais pedagógicos, haja vista que as escolas brasileiras não alcançaram uma igualdade nem nesse sentido e em sua maioria não possuem condições mínimas de qualidade.

Palavras-chave: Infraestrutura e materiais pedagógicos. Avaliações. Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi).

Abstract: This paper aims to discuss the context questionnaires of SAEB (2005), Prova Brasil (2007), as well as questions from the Brazilian Annual School Census which refer to infrastructure and school equipment and teaching materials. In addition, we seek to compare these surveys with Legal document (not approved yet) by the National Council of Education regarding the Initial Quality Student Cost, which brings the parameters of minimum conditions for schools development and maintenance. This analysis focuses on the idea that it can use the range of data that is being produced by evaluation systems in order to improve conditions in schools. The article discusses the issues of infrastructure and teaching materials, considering that the Brazilian schools have not achieved equality and in most cases do not possess the minimum quality.

Keywords: School Infrastructure and pedagogical equipments. Evaluation. Initial quality student cost.

1 Avaliação: limites e possibilidades

Durante as décadas de 80 e 90 o Brasil elevou o número de pessoas que ingressaram no ensino fundamental. Um crescimento significativo para um país que em 1920 tinha apenas 10% de sua população escolarizável frequentando uma instituição formal de ensino (Romanelli, 1987). Ao fazer uma análise, ainda que preliminar, comparando os dados de matrícula nas instituições de ensino e os dados do último censo demográfico (IBGE, 2010), vamos perceber que, em geral, na faixa etária de 5 a 14 anos há quase uma universalização, pois se têm uma estimativa de atendimento de 96,5% da população. Ainda que 4% de uma população represente um número significativo, para pensar em um ensino que foi reafirmado na Constituição Federal (Brasil, 1988) como obrigatório¹, é preciso fazer uma ressalva, em relação às crianças com 5 anos. Nos dados do IBGE, as idades são separadas por faixas etárias que não correspondem com as etapas da educação básica, como se pode perceber na tabela 1. Nesse sentido, está se considerando as crianças de 5 anos no ensino fundamental, porém, mesmo com a ampliação do ensino fundamental de 9 anos sob a lei, isso só cabe para as crianças que completaram seis anos no corrente ano (no caso 2010) e não todas as crianças nessa idade (5 anos), que são demanda da educação infantil e provavelmente estão computadas nas matrículas dessa etapa.

Tabela 01 – Dados populacionais e de matrícula por faixa etária.

	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos
População	13 796 159	14 969 375	17 166 761
Matrícula	6 756 698	32 136 136	31 005 341
	Educação infantil (0 a 5 anos)	Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	

Fonte: INEP/MEC, 2010. IBGE, 2010.

O que se pode perceber também na análise da tabela é que a Educação Infantil não atende toda a população, especialmente na creche. Será necessário um investimento significativo para

garantir a aplicação da lei que ampliou o ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos.

A expansão do atendimento educacional, ocorrido no período já citado, acompanhada ao fato de ela estar presente na “[...] agenda pública prioritária, pelo menos no discurso e nas grandes reformas” (SOUZA, 2003, p.23) durante quase toda a década de 80 e a de 90, trouxeram a educação novas conquistas, desafios e possibilidades. As reformas que ocorreram nesse período colaboraram significativamente para a ampliação de sistemas de avaliação da educação com o objetivo de modificar um pouco o papel do Estado frente às políticas públicas (no caso a educação), trazendo mais responsabilidades para a escola (FARIA; FILGUEIRAS, 2007, p. 327).

No Brasil, os sistemas de avaliação nacional se consolidaram mais fortemente com a institucionalização do Sistema Avaliação da Educação Básica (SAEB), que, apesar de iniciado em 1980 com o nome de Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (SAEP), tendo apenas uma aplicação, e em 1992 passando a se chamar SAEB, sendo, todavia, regulamentado apenas em 1994, como mostra Freitas (2007).

O SAEB vem sendo aplicado desde 1995, bianualmente, aos alunos de 4ª série (5º ano), 8ª série (9º ano) do Ensino Fundamental (EF) e no 3º ano do Ensino Médio (EM) de escolas públicas e privadas. Esse sistema é composto por provas de língua portuguesa e matemática e quatro questionários de contexto, tema que será abordado doravante. Em alguns anos, acrescentaram-se outras disciplinas como ciências, história e geografia. É importante ressaltar que o SAEB é um sistema amostral, por isso, não avalia todas as escolas, mas uma amostra aleatória, escolhida por meio de sorteio. As informações, porém, servem para fazer inferências ao todo, haja vista que o processo é feito a partir de critérios e ajustes estatísticos que possibilitam dizer que dada amostra é representativa de uma população.

Apesar de continuar sendo aplicado, o sistema de avaliação

foi reorganizado e regulamentado pela Portaria 931, de 21 de março de 2005. Com essa mudança, a educação brasileira passou a ter 2 sistemas de avaliação, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A Aneb mantém as características do SAEB, tanto que a divulgação de seus resultados é apresentada com o nome SAEB. A Anresc tem foco na unidade escolar e é caracterizada pela Prova e Provinha Brasil².

A Prova Brasil é muito semelhante ao SAEB, com a diferença de ser aplicada apenas aos alunos de 5º e 9º ano do EF das escolas públicas com mais de 20 alunos. A partir dos dados dessa prova é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é tomado como um indicador mais completo, pois, além de olhar o desempenho nas provas, também traz dados referentes ao fluxo escolar.

Muitas críticas têm sido feitas em relação a essas avaliações, dentre elas podemos citar o fato de que esse tipo de ação propicia a competitividade entre as escolas (SOUZA, 2001), está ligado a estratégias de diminuição do papel regulador do Estado, aumento do seu controle (OLIVEIRA; SOUZA, 2003) e a mecanismos de responsabilização. Afonso (1998) afirma que as avaliações em larga-escala buscam diminuir o investimento em educação. Coelho, por sua vez, alerta que

Há, portanto, necessidade e relevância de uma reflexão sobre a relação entre a centralidade que a avaliação da educação básica tem recebido na política pública e as tendências na construção científica de seus processos e resultados bem como sobre suas implicações na gestão escolar e no trabalho dos profissionais da escola. (2008, p.231)

A autora discute fatores como controle, estipulação de metas, coação sobre o trabalho docente como estratégias que são fortemente encontradas por trás da lógica da avaliação. O

próprio INEP, nas explicações sobre o objetivo da Aneb e Anresc, fala que as avaliações vão ajudar a melhor gerir as políticas, através do estabelecimento de metas e do redimensionamento dos recursos e não na ampliação destes.

Além disso, é bastante comentado o fato de se entender que o resultado da prova representa a qualidade (ou não) da educação. Porém, tem-se clareza que a qualidade da educação é algo muito mais complexo do que uma simples nota de uma prova, pois ela envolve outras aprendizagens, outros elementos e, além disso, não considera os aspectos qualitativos que deve ter uma avaliação, como afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Se para avaliar os alunos na sala de aula a lei nacional determina que não se baseie apenas nos resultados de provas e dados quantitativos, o mesmo deveria valer para a questão da avaliação em larga escala. Nesse sentido, entende-se que as avaliações, têm suas limitações e que não representam a qualidade da educação, mas busca olhar essas avaliações e seus resultados como indicadores que são. Como instrumentos que auxiliam a pensar e analisar a educação, que, apesar de não indicarem o fogo (falta de qualidade), pode dar indícios de fumaça, de onde há problemas. Corrobora-se com a afirmação de Camargo et. al. quando este afirma que as avaliações nos ajudam a olhar mais as condições de qualidade do ensino do que a própria qualidade da educação em si.

O entendimento do que vem a ser uma escola de qualidade implica compreender os custos básicos de manutenção e desenvolvimento, as condições objetivas da organização, as características da gestão, os juízos de valor, as propriedades que explicitam a natureza do trabalho escolar, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade, em geral, sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido. (2004, p. 113).

É nesse entendimento, da importância dos recursos de manutenção e desenvolvimento, sejam eles materiais, humanos, para colaborar na qualidade da educação, que o presente estudo busca analisar os questionários de contexto do SAEB (2005), PB (2007 e 2009) e o Censo desses três anos. Ciente das limitações dos sistemas de avaliação e dos problemas que podem trazer enquanto mecanismos de responsabilização acredita-se que outra utilização desses dados pode e deve ser feita, visando orientar as políticas públicas, que busquem um maior investimento na educação, superando as grandes desigualdades da educação brasileira. Pois, como afirma Gatti, “[...] é inegável que sem dados de natureza quantitativa muitas questões sociais/educacionais não poderiam ser dimensionadas, equacionadas e compreendidas, algumas não seriam mesmo levantadas” (2004, p. 26).

Considera-se importante que mais do que criticar, os pesquisadores apontem e tragam discussões para esses sistemas de avaliação, levantando outros usos e possibilidades dos dados, bem como os limites e as melhorias que devem ser feitas, afinal o investimento na realização da Prova Brasil de 2009 não foi pequeno, R\$ 47.902.544,49 (OLIVEIRA, 2011). Já que tanto dinheiro está sendo investido na produção desses dados e indicadores, é prudente se utilizar deles como instrumentos para ajudar a pensar uma escola de qualidade e políticas para a garantia de tal. Uma qualidade que não está ligada à teoria do capital humano, mas que entende o sujeito em suas várias dimensões, social e individual.

2 Outra face da avaliação: os questionários de contexto

Como já citado anteriormente, além da aplicação das questões de provas, são aplicados quatro questionários: 1º - destinado aos alunos que realizaram a avaliação; 2º - respondido

pelos professores de língua portuguesa e matemática dos alunos avaliados; 3º - preenchido pelo diretor; Por fim, o 4º é completado pelos aplicadores das provas (externos a escola). Com o questionário 1 pretende-se ter dados para criar um perfil socioeconômico e cultural dos alunos, já o respondido pelo professor, busca elucidar questões de formação, experiência e expectativa dos professores em relação aos alunos. As questões que são respondidas pelo diretor buscam analisar quem é o diretor de escola e elementos da gestão dessa escola. O quarto questionário é sobre a escola em si, discutindo elementos de infraestrutura, materiais pedagógicos e segurança das escolas.

Estudos têm sido feitos buscando cruzar os resultados dos testes com o contexto que se pode criar a partir dos questionários, dentre eles pode-se citar Alves e Franco (2008), Torrecilla (2008), Também se percebe a existência de trabalhos utilizando os questionários para compor perfil dos gestores e da gestão da escola, como o de Souza (2006). Franco et. al. (2003) faz uma análise de quais são os construtos que estão por trás dos questionários, pois, segundo eles, é preciso haver um constante aperfeiçoamento desses instrumentos.

Ao analisar alguns relatórios do INEP em relação às condições de infraestrutura e materiais pedagógicos percebe-se que o Brasil, mesmo nessas questões que parecem mais simples, ainda apresenta muitas discrepâncias e, muitas vezes são bastante precárias, existindo ainda escolas sem banheiro, só para citar um exemplo. Sátyro e Soares (2007) mostram que, especialmente na zona rural, a situação das condições de infraestrutura nas escolas brasileiras piorou no período de 1997 a 2005.

As disparidades no desenvolvimento socioeconômico e os problemas do padrão pouco equitativo de financiamento da educação resultam em sérias

desigualdades educacionais no Brasil em relação a todas as etapas da educação. Tais desigualdades regionais obrigam a conviver realidades dispares, impedindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços públicos compatíveis com sua dignidade. (CRUZ, 2009, p. 357).

Diante de tais fatores decidiu-se analisar os questionários aplicados na Prova Brasil e no SAEB referentes à escola³, buscando perceber quais são as questões que eles trazem, quais precisam ser introduzidas/reformuladas. Além disso, busca-se a relação dos itens do questionário com os estudos do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). A importância de tomar o CAQi como uma referência é que ele foi construído não sobre a lógica do que se pode fazer com o dinheiro que se tem, mas a partir de pesquisas e estudos que analisaram diversas escolas e foram elencando o que seria central para elas e o que as tornava escolas de qualidade.

Como anunciado anteriormente, vai se analisar também as questões do Censo de (2005, 2007 e 2009), pois os questionários do SAEB/Prova Brasil e do Censo parecem ser complementares e que juntos podem trazer um retrato mais amplo dessas condições nas instituições de ensino. Além disso, entende-se que o Censo também pode corroborar com a criação de indicadores educacionais que reorientem as políticas. Afinal, como bem falava Anísio Teixeira, ainda na década de 30

A idéia de que se educa de qualquer forma, debaixo das árvores ou em casebres e galpões, é um dos resíduos mais alarmantes da velha idéia, puramente intelectualista, do ensino, idéia que, em educação popular, se reveste das roupagens místicas de alfabetização salvadora. (1997, p. 247).

3 O questionário da escola: infraestrutura e materiais pedagógicos

Em países desenvolvidos poderia ser um tanto quanto dispensável analisar as condições materiais das escolas, porque as escolas são muito parecidas e todas têm condições adequadas de infraestrutura, o que não representa a realidade brasileira (FRANCO; BONAMINO, 2005).

Nesse sentido, entende-se que o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade para a educação no Brasil, determinado pela CF (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996) ainda não foram atendidos. Pode-se afirmar ainda que não se sabe muito bem o que são esses padrões, ficando a cargo de cada estado e município determinar, fazendo com que, em geral, prevaleça a questão orçamentária em detrimento do que realmente é necessário para garantir uma escola que propicie o desenvolvimento integral da criança e seja um ambiente agradável, pois entende-se que

As escolas preenchem um espaço intermediário entre a família e a sociedade, e também preenchem um período de tempo intermediário entre a infância e a maturidade. Não há dúvida de que são espaço e tempo para a formação e preparação, ensaios, cerimônias de iniciação, cerimônias inaugurais etc., mas os dois também constituem um **aqui-agora** que tem **importância própria**. (WALZER, 2003 p.271, grifo nosso).

Ao que parece, quem acaba determinando o que seriam condições mínimas referentes à infraestrutura da escola, acaba sendo os sistemas de avaliação, bem como o Censo, afinal, as perguntas devem estar relacionadas com aquilo que se considera necessário para o funcionamento destas. Ainda que estudos como os do CAQi tenham mostrado os insumos necessários e o

Parecer 8/2010 do Conselho Nacional de Educação (que ainda aguarda homologação) (CNE, 2010) trazer essa discussão, ele ainda não tem peso de lei. Mais recentemente, o Governo Federal, através do PAR (Plano de Ações Articuladas) está prestando assistência técnica e financeira para os municípios que assinarem um acordo e fizerem uma avaliação da educação no município. Um dos eixos avaliados refere-se justamente à infraestrutura das escolas, nesse sentido, acredita-se que, ainda que indiretamente, o programa também está direcionando o que seriam condições de qualidade. Analisando o questionário do SAEB⁴ de 2005 e da Prova Brasil de 2007 e 2009 percebe-se que basicamente não houve alterações nas questões durante esse período. Em geral, os questionários tiveram 14 a 15 perguntas, incluindo vários subitens. As perguntas versam sobre as condições de conservação dos espaços escolares, bem como sobre questões de segurança, condição dos equipamentos e livros. Depredação interna e externa da escola, bem como iluminação e ventilação da escola e questões sobre a utilização da biblioteca pelos alunos, professores e comunidade. Além disso, aparecem questões referentes à existência de computadores e internet.

A análise dos itens dos questionários será dividida em categorias para facilitar o entendimento. Inicialmente vai se analisar os aspectos mais gerais dos espaços e da infraestrutura das escolas. No SAEB e na PB encontrou-se questões sobre a conservação de espaços e da infraestrutura da escola nos 3 anos, sendo que no ano de 2005 houve menos espaços considerados do que nos outros anos. Também aparecem perguntas sobre a iluminação e ventilação das escolas. Porém, em relação à limpeza dos ambientes, só houve itens em 2005, como é possível vislumbrar no quadro 01.

Quadro 01 – Questões presentes no questionário de contexto da escola – SAEB/Prova Brasil

Categoria	Questões	SAEB 2005	PB 2007	PB 2009
Conservação dos espaços e infraestrutura da escola	Telhado	Sim	Sim	Sim
	Paredes	Sim	Sim	Sim
	Pisos	Sim	Sim	Sim
	Portas	Sim	Sim*	Sim
	Janelas	Sim	Sim*	Sim
	Banheiros	Sim	Sim*	Sim
	Cozinha	Sim	Sim*	Sim
	Instalações Hidráulicas	Sim	Sim	Sim
	Instalações Elétricas	Sim	Sim	Sim
	Entrada do Prédio	Não	Sim	Sim
	Paredes externas	Não	Sim	Não
	Pátio	Não	Sim	Sim
	Corredores	Não	Sim	Sim
	Salas de aula	Não	Sim	Sim
	Entrada do Prédio	Não	Sim	Sim
Salas de aula	Iluminadas	Sim	Sim	Sim
	Opções resposta: Sim/Não			
Limpeza	Arejadas	Sim	Sim	Sim
	Opções resposta: Sim/Não			
Opções resposta Boa/ Ruim	Entrada do prédio	Sim	Não	Não
	Paredes externas	Sim	Não	Não
	Portas	Sim	Não	Não
	Janelas	Sim	Não	Não
	Pátio	Sim	Não	Não
	Corredores	Sim	Não	Não
	Salas de aula	Sim	Não	Não
	Cozinha	Sim	Não	Não

SAEB

Fonte: SAEB (2005); Prova Brasil (2007; 2009)

* Aparece a mesma questão de conservação duas vezes no mesmo questionário;

É interessante observar que as questões não versam apenas sobre a existência ou não de salas, cozinhas, mas englobam também o estado de conservação, o que parece bastante importante, haja vista que muitas escolas são antigas e/ou não receberam (recebem) manutenções dos espaços. Afinal, não basta ter recintos se sua utilização é prejudicada por causa de seu estado de conservação. Por outro lado, parece estranho não haver perguntas sobre outros ambientes que fazem parte do que se entende como espaços escolares, tais como sala de professores, biblioteca, laboratórios, almoxarifado, espaço administrativo etc.

Em relação às salas de aula, não se questiona sobre ruídos, sobre o estado das carteiras, cadeiras, quadro negro. Não há nada relacionado à questão da metragem, se os tamanhos das salas são ou não adequados à quantidade de alunos atendidos.

O fato da categoria limpeza não aparecer nos dois últimos anos pode estar relacionado ao caráter mais subjetivo de tal quesito, porém, acredita-se que as escolas precisam manter um ambiente saudável e adequado ao desenvolvimento das crianças e, nesse sentido, pensar a limpeza da escola parece necessário.

Algumas dessas questões levantadas como ausentes estão presentes nos dados do Censo Escolar que traz como questões referentes à infraestrutura e aos espaços os itens listados no quadro 2.

Quadro 02 – Questões do Censo referente a dependências da escola

Categoria	Questões	Censo 2005	Censo 2007	Censo 2009
Dependências existentes na escola	Sala da diretoria	Sim	Sim	Sim
	Secretaria	Sim	Não	Sim
Opção resposta: existe ou não	Sala dos professores	Sim	Sim	Sim
	Cozinha	Sim	Sim	Sim
	Refeitório	Sim	Não	Sim
	Depósito de alimentos	Sim	Não	Sim
	Almoxarifado	Sim	Não	Sim
	Videoteca	Sim	Não	Sim
	Sala para TV/Vídeo	Sim	Não	Sim
	Laboratório de informática	Sim	Sim	Sim
	Sala de apoio pedagógico/recursos	Não	Sim	Sim
	Outros laboratórios/oficinas	Não	Não	Sim
	Ginásio de esportes	Não	Não	Sim
	Auditório	Sim	Não	Sim
	Cantina	Sim	Não	Sim
	Piscina	Sim	Não	Sim
	Quadra de esporte descoberta/coberta	Sim	Sim	Sim
	Sanitário dentro/fora da escola	Sim	Sim	Sim
	Sala de leitura	Sim	Sim	Sim
	Laboratório de ciências	Sim	Sim	Não
	Brinquedoteca	Sim	Não	Sim
	Biblioteca	Sim	Sim	Não
Localização das dependências	Local de funcionamento da escola (prédio escolar/unidade de internação; templo/igreja; salas em outra escola; salas de empresa/casa do professor/galpão/rancho/paiol;barracão);	Sim	Sim	Sim
	Localização das salas de aula (provisório/fora do estabelecimento; permanente/no estabelecimento);	Sim	Não	Não

Fonte: Censo 2005, 2007, 2009

* Alguns itens relacionados à educação infantil (tais como, lactário, berçário) não foram incluídos porque o foco deste trabalho é nas escolas de ensino fundamental.

Como se pode observar olhando o quadro anterior, o Censo traz muito mais elementos para conhecer a estrutura das escolas, porém, ao contrário do SAEB e da PB, não se fala de conservação, apenas se questiona a existência ou não. Nesse sentido, apesar do Censo ser mais completo em um aspecto, ele perde em outro. Uma hipótese que pode ser levantada refere-se à complementaridade dos dois bancos, no entanto, o aparecimento dos mesmos ambientes nos dois instrumentos de avaliação (PB/SAEB e Censo) pode ajudar a enfraquecer essa hipótese. Além disso, como o Censo é para todas as escolas, sejam elas municipais, estaduais, particulares ou federais, e a Prova Brasil apenas para escolas públicas que tenham 5º ano e/ou 9º, o cotejamento desses dois bancos de dados exigiria um tratamento melhor. No Censo não se vê questões sobre iluminação e ventilação, como aparece no SAEB/PB e também não existem questões sobre a limpeza. Além disso, outros apontamentos feitos para a PB, como questão do tamanho das salas, das carteiras, ruídos etc., também estão ausentes no Censo.

Os Censos de 2005 e 2009 também trazem algumas informações referentes aos utensílios existentes na cozinha, como liquidificador, forno, filtro, fogão industrial, porém, tal pergunta, para ser mais bem avaliada, precisaria vir acompanhada da informação se a merenda é ou não terceirizada, pois, se for, não há necessidade de muitos desses equipamentos.

É perceptível também que o questionário de 2007 apresenta poucas questões em relação aos outros dois anos analisados. Tal fator pode estar relacionado ao fato do censo ser anual e, em alguns anos, optar-se por diminuir o número de questões, afinal, questões de infraestrutura não se modificam tão rapidamente.

Pelo menos em relação à estrutura do prédio, as questões do censo abarcam quase todas as apresentadas pelo Parecer do CNE (2010). O censo traz algumas questões que não estão relacionadas no Parecer como elementos que fazem parte das

condições mínimas da escola, tais como piscina, auditório. Tal fator deve se dar justamente pelo fato de se falar em condições mínimas, o que não parece ser o caso de existência de piscinas e auditórios. Ainda que importantes, está se pensando o que seria possível nesse momento garantir a todas as escolas para que houvesse melhores condições de trabalho.

Quadro 03– Infraestrutura das escolas segundo o CAQi

Categoria	Infraestrutura mínima para as escolas	
Infraestrutura	Salas de aula	Copa/Cozinha
	Sala de direção/equipe	Quadra coberta
	Sala de professores	Banheiros
	Sala de leitura/biblioteca/computação	Sala de depósito
	Sala do Grêmio Estudantil**	Salas de TV/DVD
	Laboratório de informática	Sala de Reprografia
	Laboratório de ciências	Parque infantil*
	Refeitório	

Fonte: CNE, 2010.

* Apenas para escolas que tem ensino fundamental séries iniciais

** Apenas para escolas que têm ensino fundamental séries finais

É interessante observar que o Parecer coloca como um dos espaços que deve ser garantido nas escolas o do grêmio estudantil, o que não aparece nem na PB/SAEB e no Censo. Acredita-se que isso tem a ver com a concepção de escola que se pretende e a busca de uma maior participação da comunidade escolar, a fim de encontrar mecanismos cada vez mais democráticos no âmbito da escola, conforme define a própria LDB (Brasil, 1996).

Importante dizer que no questionário do sistema de avaliação da educação básica existem questões sobre a depredação da escola, sobre a pichação de muros etc. Tais fatores não são tratados pelo Parecer porque ali se está pensando na construção das escolas e nos materiais necessários para equipá-la. Além disso, entende que as questões de pichações e depredações devem estar contempladas nas perguntas sobre a conservação,

pois, isso sim, tem a ver com a ação da política educacional.

Em relação aos equipamentos eletrônicos e materiais pedagógicos, o SAEB e a Prova Brasil apresentam os seguintes itens nos seus questionários (Quadro 4).

Quadro 04– Questões referentes a equipamentos no questionário de contexto – Prova Brasil e SAEB.

Categoria	Questões	Saeb 2005	PB 2007	PB 2009	
Estado de conservação dos equipamentos	Televisão	Sim	Sim	Sim	
	Antena Parabólica	Sim	Sim	Sim	
	Videocassete	Sim	Sim	Sim	
Opção de resposta a) bom b) regular c) ruim d) inexistente	Máquina fotocopadora	Sim	Sim	Sim	
	Mimeógrafo	Sim	Sim	Sim	
	Retroprojeto	Sim	Sim	Sim	
	Projeto de slides	Sim	Sim	Sim	
	Maquina de datilografia	Sim	Sim	Sim	
	Impressora	Sim	Sim	Sim	
	Aparelho de som	Sim	Sim	Sim	
	Computador	Não	Sim	Sim	
	Telefone	Não	Não	Sim	
	Fax	Não	Não	Sim	
Conservação materiais pedagógicos	Livros de estudo, literatura	Sim	Sim	Sim	
	Revista de informação geral e em quadrinhos	Sim	Sim	Sim	
	Jornais	Sim	Sim	Sim	
Biblioteca	% de alunos que utilizam a biblioteca durante um mês	Sim	Sim	Sim	
	Opções respostas diferentes para cada pergunta	Pessoa responsável pela biblioteca	Sim	Sim	Sim
		Professores usam a biblioteca e os materiais ali existentes	Sim	Sim	Sim
		Os alunos, professores e a comunidade levam livros para casa	Sim	Sim	Sim
Computadores (quantidade)	Total de computadores na escola	Sim	Sim	Sim	
	Computadores para uso dos alunos	Sim	Sim	Sim	
	Computadores com acesso a internet para uso dos alunos	Sim	Sim	Sim	
	Opção resposta: a) 1 a 5 b) 6 a 10 c) 11 a 15 d) 16 a 20 e) 21 a 30 f) Mais de 30	Computadores para uso dos professores	Sim	Sim	Sim
		Computadores com acesso a internet para professores	Sim	Sim	Sim
		Computadores exclusivo para uso administrativo	Sim	Sim	Sim

Fonte: SAEB (2005), Censo (2007; 2009).

Ao observar o quadro nota-se que quase não houve variação nas questões do questionário de contexto da escola no período estudado. Apenas três itens foram acrescentados em 2009 que não se fizeram presentes em 2005. É interessante observar que as próprias questões do questionário parecem retratar as desigualdades educacionais, afinal, na mesma categoria existe a opção computador e máquina de datilografia, xérox e mimeógrafo. Além disso, não há pergunta sobre a conservação do DVD, mas sim do videocassete. Essa coexistência de coisas modernas e algumas já fora de “moda” (mas, não de uso), podem ser explicadas pelas grandes diferenças existentes na oferta da educação pelos entes federados.

O que mais chama atenção é a enorme desigualdade de recursos legalmente disponíveis em cada esfera do governo e também entre os diferentes governos de uma mesma esfera [...]. (DAVIES, 2006, p. 51)

Em relação ao quesito computador, vê-se uma preocupação com o uso de novas tecnologias por professores e alunos, buscando trazer novos instrumentos para colaborar com o processo de ensino/aprendizagem, porém, não se questiona se há computadores com internet para uso do setor administrativo, em um tempo no qual cada vez mais as coisas estão se tornando digitais e integradas, parece importante ser garantido também a esses profissionais tal recurso.

A questão referente à conservação dos materiais pedagógicos é bem sintética, não trazendo mais questões sobre acervos, se há biblioteca nas escolas. Entretanto, há questões se há utilização da biblioteca e se há pessoas específicas para cuidar desse ambiente. Da forma como as perguntas estão estruturadas pode haver as mesmas respostas para as escolas que têm biblioteca e quase não usam e as que não têm. Ainda que se entenda ser

muito ruim o fato de se ter uma biblioteca na escola e não se utilizar, entende-se que instigar os professores a fazerem uso é de responsabilidade da escola, mais do que das políticas mais gerais, que podem atuar por meio de programas, projetos e incentivos, mas que não tem como garantir e fiscalizar se isso está sendo ou não feito, nas diversas escolas do país.

O censo de 2005 e 2007 em geral, tem questões bastante semelhantes às perguntas anteriormente analisadas no que se refere aos equipamentos eletrônicos, novamente tendo que o Censo só questiona a existência enquanto o SAEB e a Prova Brasil trazem informações sobre o estado de conservação desses. O censo acrescenta nos seus equipamentos a existência ou não de máquina fotográfica, bebedouro e filmadora. No ano de 2009 também aparecem perguntas sobre a existência de ar-condicionado, ventilador nas salas, fatores interessantes para garantir um melhor conforto térmico na escola.

Em relação aos computadores, pergunta-se sobre a existência ou não, o tipo de máquina existente (Apple, Pentium, etc), além da questão do uso da internet, sua velocidade, quem são os usuários, bem como o local onde são utilizados esses aparelhos (sala de aula, biblioteca, etc). Em 2005 há questões referentes ao acervo das bibliotecas, porém não saíram dados referentes a esse quesito, e sendo retiradas tais questões nos anos seguintes (2007 e 2009). Há apenas questões sobre o livro didático, quantidade, conservação, etc.

Comparando tais questões dos questionários supra citados com o que está se entendendo como condições mínimas para os alunos no Parecer (CNE, 2010) vê-se uma grande discrepância, aparecendo questões importantes e complexas no parecer que ajudariam nas condições de trabalho (se fossem utilizadas). O quadro 5 apresenta os elementos levantados pelo CAQi como condições mínimas

Quadro 05– Insumos mínimos segundo o CAQi

Categorias	Itens
Esportes e brincadeiras	Colchonetes
	Brinquedos para o parquinho *
Coleções e materiais bibliográficos	Enciclopédias
	Dicionário Houaiss ou Aurélio/ Outros
	Literatura infantil
	Literatura infantil-juvenil
	Paradidáticos
	Material complementar de apoio pedagógico
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	Retroprojektor
	Tela para projeção
	Televisor 20 polegadas
	Suporte para TV e DVD
	Máquina fotográfica
	Aparelho de DVD
Processamento de Dados	Computador para sala de informática
	Computador para administração/docentes
	Impressora jato de tinta/laser
	Fotocopiadora
	Guilhotina de papel
	Carteiras
Mobiliário e aparelhos em geral	Cadeiras
	Mesa tipo escrivaninha
	Arquivo de aço com 4 gavetas
	Armário de madeira com 2 portas
	Mesa para computador/leitura/reuniões/impressora/refeitório
	Armário com 2 portas
	Estante biblioteca
	Quadro para sala
	Kit de ciências
	Bebedouro elétrico
	Circulador de ar de parede
	Máquina de lavar roupa
	Máquina secadora
	Telefone

Fonte: CNE, 2010.

Os itens apresentados pelo CAQi, se questionados pelo Censo e Prova Brasil dariam um panorama mais detalhado das reais condições das escolas, além é claro de servir como instrumento para garantir condições mínimas de qualidade para os alunos e professores. Ao olhar tais quesitos, pode parecer à primeira vista, simples demais, porém muitas escolas ainda não têm nem isso.

Segundo dados disponibilizados por Sátyro e Soares (2007) em 2005, existiam 4.224 escolas que não possuíam nenhum tipo de abastecimento de água, sendo a maioria localizada na zona rural. No caso da energia elétrica o caso é ainda mais

grave, tendo no mesmo ano 25.831 escolas que não eram abastecidas com energia. É claro que houve muitos avanços e crescimentos na educação e conseqüentemente nas condições de oferta dessa escola, porém, ainda há muito que avançar a fim de garantir condições mais iguais para os diferentes segmentos da sociedade.

Retomando as discussões dos questionários, temos que na PB e no SAEB existem questões referentes a segurança da escola, medidas ligadas ao policiamento, ao controle de entrada e saída de pessoas etc. Ainda que se considere tais análises importantes, elas vão variar muito de acordo com a realidade do município ou mesmo da localidade da escola, haja vista que a criminalidade e conseqüentemente a necessidade de um padrão maior de segurança “é maior em grandes cidades porque existe um maior retorno do crime, uma probabilidade menor de ser punido, menores custos associados ao crime” (OLIVEIRA, 2005, p. 17). Tanto o Censo quanto o CAQi não tratam dessa questão, até porque ela não envolve apenas ação ligada à educação, mas conta com a participação de outros servidores, como policias, guardas etc.

Uma questão importante que é trazida, ainda que discretamente, pelo Parecer do CNE e com um pouco mais de visibilidade no Censo (ainda que não o ideal), refere-se aos equipamentos e instalações referentes ao atendimento com pessoas educacionais especiais, que vão desde a existência de rampas, aos materiais, como livros, impressoras e outros recursos capazes de atender esses educandos em sua especificidade. Essa é uma questão que ainda precisa ser mais bem tratada nos questionários e se tornar parte das condições mínimas de qualidade, afinal com o processo de inclusão, as pessoas com NEE têm garantido vagas nas escolas regulares, porém, seu atendimento nem sempre atende às necessidades desses.

Nesse sentido, pode-se dizer que as análises desses questionários têm como objetivo utilizar os dados que estão sendo produzidos e, sugerir melhorias que possam dar subsídios para implementação de políticas públicas ligadas à educação capazes de garantir:

Um padrão arquitetônico dos prédios que contribua para que as creches e escolas sejam locais acolhedores, prazerosos, agradáveis para aprender, ensinar e trabalhar. Um espaço que convide a nele permanecer e que considere as atividades didático-pedagógicas. [...] A presença da natureza (árvores, flores, grama, horta etc.) também é uma preocupação primordial, superando o modelo de ‘cimento total’. (Carreira; Pinto, 2007, p. 29)

Para muitas escolas, ainda um desafio.

4 Algumas considerações finais

A análise dos questionários de contexto do SAEB (2005) e da Prova Brasil (2007 e 2009) mostra como estes instrumentos de avaliação e de coleta de dados deixam a desejar em termos de pensar as condições materiais de uma escola. Afinal, eles versam apenas sobre alguns espaços das escolas deixando de fora outros, tais como, sala de professores, biblioteca, laboratórios em geral. Além disso, não tratam em nenhum momento de espaços e materiais destinados a garantir a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE). Também, percebe-se ao longo dos anos estudados que houve pouquíssimas alterações nos questionários, o que parece demonstrar a aceitação deste.

Entende-se aqui, porém, que apenas os quesitos existentes na PB e no SAEB não são suficientes para fazer uma análise da realidade brasileira e contextualizar as escolas. Nesse sentido, traz-se o Censo, como um banco de dados complementar. No

censo é visível a maior quantidade de questões referentes a espaços e materiais da escola, porém apesar de ser quantitativamente melhor, ele questiona apenas sobre a existência ou não da infraestrutura enquanto, na PB e SAEB havia o detalhamento em relação à conservação do que a escola possuía. O censo avança quando tem questões, ainda que poucas sobre referentes ao atendimento de pessoas com NEE.

No Censo e, nos outros questionários analisados se percebe as discrepâncias existentes no país, mesmo no que se refere à infraestrutura e aos materiais pedagógicos. Diferenças que se notam quando uma pergunta sobre o que existe na escola tem como alternativa tanto o computador quanto a máquina de datilografia, o xérox e o mimeógrafo, sanitário dentro do prédio ou fora.

Ao comparar esses dois bancos de dados com o que se considera condições mínimas da qualidade da escola, elencadas no Parecer do CNE de 8/2010, vê-se que o censo consegue abranger mais espaços e materiais que são colocados pelo parecer, porém, ainda não abarcam todas. Nesse sentido, acredita-se que utilizar o Parecer do CAQi como um parâmetro para melhorar os questionários aplicados na ANEB e ANRESC, bem como no Censopode, ainda que de forma bastante indireta, dar alguns instrumentos para a diminuição das distâncias educacionais, afinal

Sabemos que somos um país de distâncias físicas, sabemos que temos uma geografia que nos espanta e nos separa em suas imensas distâncias. Mas, o Brasil não é um país de distâncias materiais, o Brasil é um país de distâncias sociais e de distâncias mentais, de distâncias econômicas e de distâncias raciais. (TEIXEIRA, 1968, p. 92).

Notas

*Este trabalho foi apresentado, em versão preliminar, no IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul e expressa parte dos resultados de pesquisa financiada pela CAPES dentro do Programa Observatório da Educação.

** Mestre e doutoranda em Educação/UFPR. gabriela0905@hotmail.com.

¹Importante dizer que se está referindo aqui apenas ao Ensino Fundamental, dos 6 aos 14 anos, haja vista que desde 2009 o ensino se tornou obrigatório dos 4 aos 17 anos.

²A Provinha Brasil é aplicada aos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, buscando obter dados referentes à alfabetização das crianças, este trabalho porém não irá tratar de tal avaliação.

³ Entende-se a importância dos outros questionários, porém, vai se focar aqui apenas no referente à escola, pois as condições de infraestrutura e materiais pedagógicos são as mais enfocadas nesse trabalho.

⁴Em 2005 a utilização do SAEB se dá, porque na Prova Brasil (PB) do ano em questão não foram aplicados os questionários de contexto, todavia, tal fato não prejudica a análise porque em 2007 e 2009 as questões da PB são iguais ao SAEB.

Referências Bibliográficas e Documentais

AFONSO, Almerindo J. **Políticas Educativas e Avaliação Educacional:** para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Portugal: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1998.

ALVES, M. T; FRANCO, C. **A pesquisa em eficácia escolar no Brasil:** evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In: BROOKE, N. SOARES, J. F (Org.). Pesquisa em eficácia escolar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAMARGO, R. B. de et. al. **Problematização do conceito de qualidade**. Relatório de pesquisa. INEP/MEC, out. 2003.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. **Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global – Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CENSO ESCOLAR. Brasília: INEP, 2005. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 03 mar. 2008.

CENSO ESCOLAR. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2012.

COELHO, M. I. de M. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios**. In: Ensaio: avaliação de políticas públicas. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

CNE/MEC. Parecer CNE/CEB 8 de 5 de maio de 2010. Distrito Federal: CNE, 2010. (Aguardando homologação). Disponível em: http://www.cesarcallegari.com.br/v1/pceb008_10.pdf. Acesso em: 23 fev. 2012.

CRUZ, R. E. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque**. 2009. 434f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DAVIES, N. Fundef: Solução ou remendo para o financiamento da educação básica? In: GOUVEIA, A. B; SOUZA, A. R. TAVARES, T. M. **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

FARIA, C. A. P. de; FILGUEIRAS, C. A. C. As políticas de Avaliação da Educação Básica do Chile e do Brasil. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FRANCO, C; BONAMINO, A. **A pesquisa sobre característica de escolas eficazes no Brasil:** Breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. Revista Educação On-line. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-13, 2005. Disponível em: <http://lpp-uerj.net/olped/documentos/2081.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2008.

FRANCO, C. et. al. **O referencial teórico na construção dos questionários do SAEB 2001.** Estudos em avaliação educacional, São Paulo, n. 28, jul/dez, 2003.

FREITAS, D. N. T. **Educação Básica:** legislação do ensino-avaliação da educação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, vol. 34, n. 123, p.123-135, set./dez. 2004.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004.

IBGE. Sinopse IBGE 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 09 fev. 2012.

INEP/MEC. **Sinopse Estatística do Censo Escolar de 2010.** Inep/MEC, 2010. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 09 jan. 2012.

OLIVEIRA, R. P.; SOUZA, S. Z. L. de. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. Educação & Sociedade.** Campinas, vol. 24, n.84, p. 873-895, set. 2003.

OLIVEIRA, R. P.; ARAÚJO, G. C. **Qualidade de ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 28, p 5-23, jan./abr. 2005.

OLIVEIRA, A. P. de M. **A prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal.** 2011. 277f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PROVA BRASIL. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 01 nov. 2009.

PROVA BRASIL. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 03 jan. 2012.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 9 ed. Petrópolis.

SAEB. Brasília: INEP, 2005. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 03 mar. 2008.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. **A infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: Um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. IPEA: Brasília, 2007.

SOUZA, S. Z. Avaliação e políticas educacionais: iniciativas em curso no Brasil. In: HIDALGO, A. M.; SILVA, I. L. F. (Org.). **Educação e Estado**— As mudanças nos sistemas de ensino no Brasil e Paraná na década de 90. Londrina: Editora da UEL, 2001.

SOUZA, A. R. **Perfil da gestão escolar no Brasil**. 2006. 302f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

TEIXEIRA, A. Educação é um direito. v. 8. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

TORRECILLA, F.J.M. Um panorama da pesquisa Ibero-Americana sobre a eficácia escolar. In: BROOKE, N.; SOARES, J. F (Org.). **Pesquisa em eficácia escolar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

WALZER, M. **Esferas da justiça**: em defesa do pluralismo e da igualdade. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2003.